

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
 Nº JB
 Data 12/8/96 Pg 1020
 Ass 209

DNA de índios é vendido

A empresa americana Coriell Cell está vendendo, até mesmo pela Internet, amostras de código genético (DNA) de dois povos indígenas brasileiros. A Funai, que não havia sido informada pela empresa, classificou o caso como "pirataria de material humano". Para os técnicos da fundação, é legalmente possível que empresas estrangeiras patenteiem seqüências genéticas de índios brasileiros. Segundo uma comissão do Conselho Nacional de Saúde, que está estudando casos semelhantes, a lei brasileira não prevê controle para esse tipo de comércio. E após 25 anos de pesquisas, uma equipe do Instituto Socioambiental, de São Paulo, concluiu, pela primeira vez, que a população indígena do Brasil está aumentando. Alguns grupos crescem até 6% ao ano. (Página 20)

ORGANIZACIONAL
GRUPO: JB
Data: 18/8/96 cont
Cláss: 09

Empresa americana vende DNA de índios

ALEXANDRE MANSUR

Os índios Karitiana e Surui, de Rondônia, não têm acesso à Internet. Nem têm telefone. Mas a empresa americana de genética Coriell Cell está vendendo, pela rede mundial de computadores e em congressos científicos internacionais, amostras de DNA (código genético) desses dois povos brasileiros, assim como de outras tribos do mundo inteiro. O negócio está sendo feito sem a autorização da Fundação Nacional do Índio (Funai).

“O cultivo de células humanas em laboratório não é novidade. Mas com a moderna biologia molecular, a coisa mudou de figura”, alerta o biólogo e antropólogo Carlos Coimbra, da Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz). Ele e o pesquisador Ricardo Santos, do Museu Nacional da UFRJ receberam um *folder* da Coriell Cell em abril, em um congresso da Associação Americana de Antropólogos Físicos, na Carolina do Norte.

Os pesquisadores ficaram tão surpresos com o *folder* que fizeram a denúncia em um artigo publicado pelo Instituto Socioambiental (ISA). “Digamos que um laboratório compre uma linhagem de células dos Surui, pesquise, identifique um gene relacionado a alguma doença e depois patenteie. Esse negócio pode chegar a somas astronômicas”, supõe Coimbra.

“Essas populações são carentes e concordam em participar de pesquisas que têm a ver com a genética sem ter ideia que uma gota daquele sangue pode gerar milhões para um laboratório fora do Brasil”, diz Coimbra. “Será que o pai da célula que está sendo vendida sabe disso?”, questiona.

Patente — O biólogo e antropólogo Ricardo Santos concorda.

“Os índios brasileiros têm sido muito estudados nos últimos 30 anos. Não seria difícil obter uma amostra de sangue deles. A questão é o que se pode fazer com elas. Hoje, alguém pode patentear um produto fruto de uma pesquisa feita a partir do DNA indígena.”

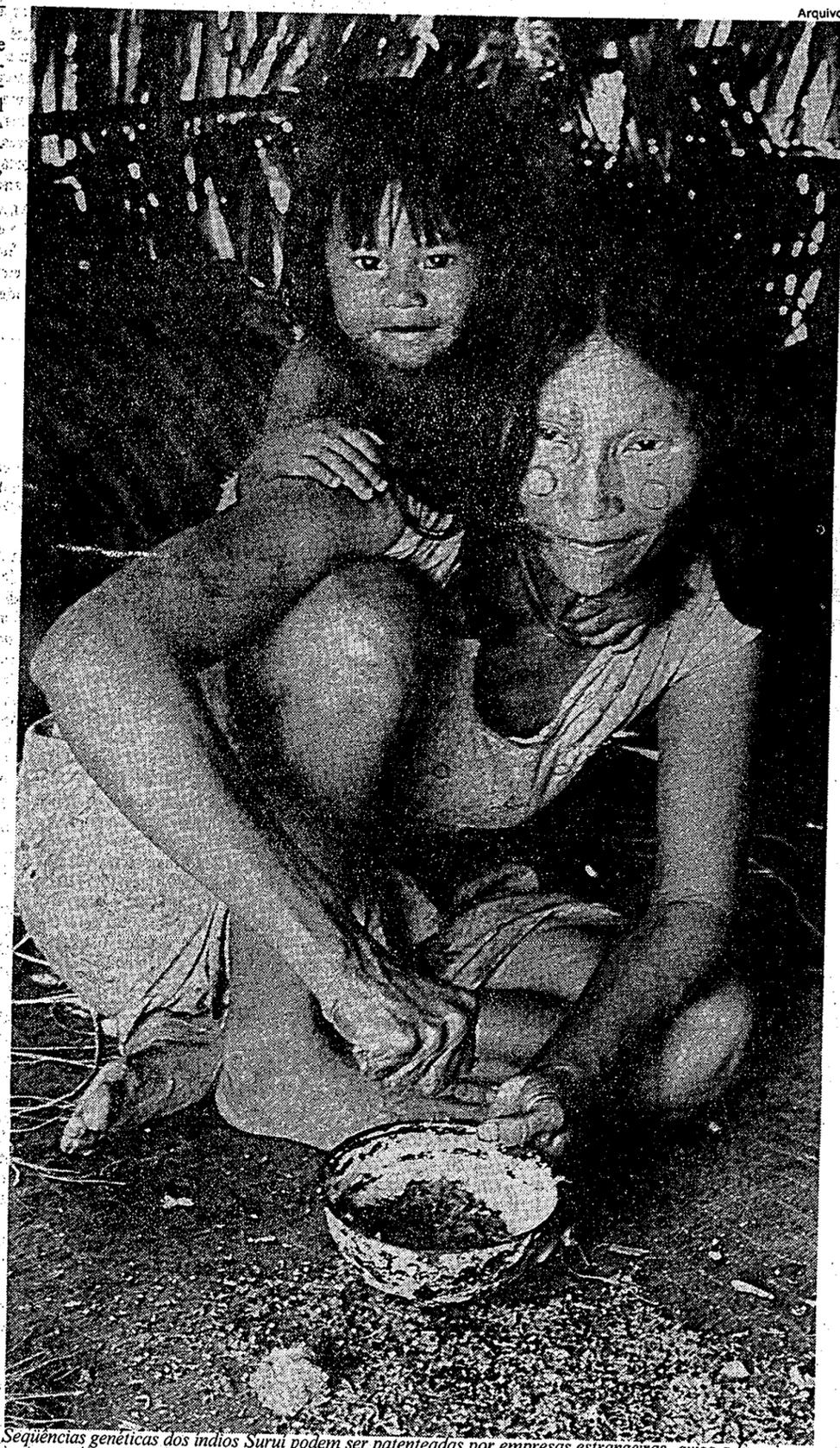
Santos explica que as células vendidas são conservadas em um recipiente com alimento, onde elas se reproduzem indefinidamente. É o que se chama cultura de células.

Se a Coriell Cell obteve as amostras genéticas dos índios brasileiros, não foi através do órgão brasileiro responsável por isso. “A Funai não tem conhecimento dessa história. Estou sendo informada agora”, diz a antropóloga e sanitária Ana Maria Costa, diretora do Departamento de Saúde da fundação. Ela pretende investigar o caso.

“Se o material foi extraído sem a anuência dos índios, o problema é ainda mais grave. Precisamos saber o que vai ser feito com esse material e quem está se beneficiando dele”, avisou Ana Maria. “Podemos dizer que isso é pirataria de material humano”, afirmou.

A diretora explicou que a Funai não tem como fiscalizar todas as aldeias do país. “Teríamos que contar com a presença de funcionários da Funai nas 4 mil aldeias. Se alguém oferecer algum dinheiro por uma amostra de sangue a algum grupo que está na penúria, como eles vão negar?”, questiona.

“É perfeitamente possível hoje colher material no Brasil e patentear no exterior. Esse é um dos problemas das relações Norte-Sul. A sociedade e o governo devem



Sequências genéticas dos índios Surui podem ser patenteadas por empresas estrangeiras, avisa a Funai

assumir esse assunto como uma prioridade”, diz Ana Maria.

Para analisar casos semelhantes, o Conselho Nacional de Saúde criou uma comissão especial. “Essa é uma área muito nova. Há uma lacuna legal a esse respeito. Em princípio, nada é ilegal, mas *alegal*”, explica Fabíola Nunes, coordenadora geral do conselho.

“A maioria dos países ainda não teve a coragem para legislar sobre isso porque as coisas evoluem muito rápido”, lembra Fabíola. “Para ela, o caso da Coriell Cell é difícil de ser julgado. “Geralmente, diz-se que algo está certo ou errado a partir de um código de normas morais ou legais. Mas ainda não há nada definitivo sobre a bioética.”

A matéria está sendo examinada pelo Ministério Público Federal. “Muitas entidades internacionais

têm alertado para o risco de se patentear trechos de seqüências genéticas humanas. Isso seria de grande interesse para a indústria farmacêutica”, conta o antropólogo Adolfo Neves de Oliveira, da Câmara de Direito do ministério.

Aparentemente, os índios não estavam sabendo. A pedido do JB, José Carlos Gadelha, secretário-executivo do Fórum das ONGs de Rondônia, entrou em contato com os índios Karitiana, cuja aldeia fica a 70 quilômetros de Porto Velho.

Sangue — “Alguns índios contaram que, em junho, um grupo de pesquisadores estrangeiros foi à aldeia e fez uma coleta de sangue”, diz Gadelha. “Vamos fazer uma reunião com a Funai e com as lideranças indígenas para pensar o que fazer”, afirma. Não foi possível contactar os índios Surui.

Segundo a lei americana, os índios brasileiros têm poucos direitos assegurados, até sobre seu material genético. Nos EUA, a troca ou venda de amostras de material humano para pesquisas é legal.

“Os Karitiana e Surui têm poucas chances de sucesso se tentarem usar a lei americana para interromper a venda de suas células”, diz Edward Hammond, da Rural Advancement Foundation International (Rafi), órgão americano que discute a ética da bioengenharia.

A Rafi já entrou em contato com a Coriell Cell em outros casos. “Eles nos garantiram que não permitiriam que suas células fossem usadas para fins comerciais. Mas, realisticamente, a empresa não pode evitar que algum organização comercial decida usar as células”, conta Hammond.

População cresce no país

A população indígena brasileira está crescendo. A constatação é o dado mais surpreendente de mais de 20 anos de pesquisas de uma equipe hoje ligada ao Instituto Socioambiental (ISA), organização não-governamental de São Paulo. Uma parte expressiva desse trabalho está sendo publicada no volume *Povos indígenas no Brasil 1991/1995*, uma verdadeira enciclopédia que será lançada no dia 27, no Museu do Folclore do Rio.

Segundo as pesquisas do ISA, existem no país cerca de 280 mil índios vivendo em aldeias. “Os dados não são o resultado de um recenseamento. É uma espécie de quebra-cabeça que a gente monta com várias fontes de informação”, explica Márcio Santilli, secretário-executivo do ISA. O número é mais preciso do que as estimativas da Fundação Nacional do Índio, que projeta uma possível população de 325 mil índios no país, incluindo os que vivem nas cidades.

“A população total dos índios está crescendo, o que inverte totalmente a expectativa generalizada no país”, diz o antropólogo Carlos Alberto (Beto) Ricardo, editor do livro. “Mas a população de alguns grupos está diminuindo. Alguns estão até em extinção. Isso chega a comprometer a diversidade étnica do país.”

Redução — O pesquisador explica que, de 1500 até o meio da década de 60, houve uma redução na população indígena brasileira. “O último levantamento, feito por Darcy Ribeiro nos anos 50, quando era diretor do Serviço de Proteção ao Índio, revela um quadro sinistro. Na época, ele afirmava que a população estava desaparecendo”, diz Ricardo.

O pesquisador lembra que, durante a década de 60 houve um hiato de informações. Mas, em meados dos anos 70, a equipe do Programa Povos Indígenas no Brasil, do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi), revelou que a população indígena do país estava crescendo. “Hoje, já podemos afirmar que esses dados representam uma tendência duradoura”, explica.

Os grupos que estão crescendo, segundo os pesquisadores, tiveram suas populações praticamente dizimadas logo após o primeiro contato com os brancos, mas conseguiram se refugiar em alguma reserva. “Os que obtiveram prote-

ção territorial e assistência social mínima vão se recuperando”, diz Ricardo.

Estão em crescimento as populações de todos os grupos do Parque Indígena do Xingu e dos xavantes, no Mato Grosso. Os Caiapós do Mato Grosso e os guarani do Mato Grosso do Sul também se recuperam. “Apesar da onda de suicídios”, lembra o antropólogo.

As informações sobre as populações do parque do Xingu indicam uma taxa de crescimento de 6% ao ano. “Aparentemente é uma loucura. Mas dá para se constatar isso empiricamente. Quando se pouso no parque, lá vem aquele montão de crianças. Só há parâmetros de comparação para uma situação demográfica como essa em situações de pós-guerra”, conta Santilli.

Garimpo — Nem tudo está bem, lembra Ricardo. “Por outro lado, os Ianomâmi, em Roraima, estão sendo agredidos pela frente garimpeira, contraindo doenças e tendo seu ambiente destruído. Nos últimos cinco anos, os ianomâmi brasileiros perderam de 15% a 20% da população. É uma hecatombe”, descreve. Segundo o levantamento dos pesquisadores, existem hoje cerca de 10 mil ianomâmi em território nacional e 10 mil na Venezuela.

Existem casos mais críticos, como os arikapus, em Roraima, cuja população estaria reduzida a seis pessoas. “Alguns casos são dramáticos. Os sete índios Juma já estão velhos. O último juma em idade reprodutiva foi comido por uma onça 1993.”

O programa do ISA colhe dados sobre os índios brasileiros através de uma rede de contatos, entre pesquisadores, médicos, órgãos governamentais e lideranças indígenas. “Quando começamos a fazer essa pesquisa, nos anos 70, o pensamento oficial era que os índios estavam acabando e que isso era meio inevitável. A partir disso, o Brasil sempre tratou os direitos indígenas com certa precariedade”, lembra Ricardo.

“Quando constatamos que eles estavam crescendo, passamos a fortalecer esse sistema de informação para divulgar que a história não era bem aquela. Se, no futuro, o Brasil será um país com índios. Deve-se pensar em direitos permanentes para as populações”, avisa o antropólogo.

Sociedades pequenas

A maior parte dos povos indígenas do Brasil vive em pequenas sociedades, informam os pesquisadores do ISA. Dos 206 povos, 34% têm uma população de até 200 indivíduos. Cerca de 73% dos povos têm menos de mil pessoas. Mas há 44 povos na faixa de mil a 5 mil índios. Os Kaingang e Ticuna têm mais de 20 mil índios. E os guaranis são mais de 30 mil.

Os pesquisadores lembram que é difícil precisar a população de um grupo. “Não se tem dados sobre a população indígena urbana. Sabe-se que há cidades onde há milhares de índios”, diz Márcio Santilli, do ISA. Estima-se que haja cerca de mil pankararus vivendo em favelas na Zona Leste

de São Paulo. Cidades como Campo Grande e Manaus têm cerca de 2 mil índios.

Pelo levantamento do ISA, 40% da população vivem nas regiões mais ocupadas do Nordeste, Leste e Sul do país, restritos a 2% da extensão das terras indígenas. Já 60% dos índios, que habitam o Centro-Oeste e o Norte, têm direito a 98% da extensão das terras indígenas. “A história ensina que, a cada etapa do avanço das frentes de expansão da sociedade nacional, sob certas conjunturas políticas específicas, o estado nacional refaz suas contas com respeito às terras indígenas, impondo um padrão de confinamento progressivo”, diz Ricardo. (A.M.)